

## Duas vezes pânico na cidade

Paulo Eduardo Arantes

“São Paulo é uma cidade morta: sua população está alarmada, os rostos denotam apreensão e pânico, porque tudo está fechado, sem o menor movimento. Pelas ruas, afora alguns transeuntes apressados, só circulavam veículos militares (...) com tropas armadas de fuzis e metralhadoras. Há ordem de atirar sobre quem fique parado na rua”. Esta cidade esvaziada pelo medo não é a megalópole do século XXI que na noite de 15 de maio de 2006 se auto-impôs um humilhante toque de recolher por motivo de uma surpreendente onda de ataques cuja cadeia de comando – sem nenhum favor ao trocadilho fácil, porém exato – remontava a uma ordem emanada do interior de um gigantesco sistema prisional rebelado há três dias em pelo menos 73 das 105 prisões semeadas ultimamente no território de todo o Estado de São Paulo por uma política de encarceramento de proporções inéditas, mesmo para um país de forte tradição punitiva no trato brutal com os de baixo. Mas uma cidade ainda provinciana, mesmo na condição de principal aglomeração industrial do país, para o qual o sistema de fábricas da primeira revolução industrial era uma engrenagem recente a se juntar aos tradicionais mecanismos de esbulho numa economia de matriz colonial. E no entanto, uma cidade alarmada e acuada por uma outra sublevação, por assim dizer de corte europeu clássico, nada mais nada menos do que uma greve geral operária, que no mês de julho de 1917 paralisou São Paulo durante alguns dias.

No auge do confronto que pela primeira vez colocou frente a frente a nova massa trabalhadora e o aparato repressivo dos patrões, igualmente uma novidade, estes últimos, na composição do poder oligárquico local, os grevistas amotinados chegaram a espantosos, para a época, 50.000, a ponto do governo estadual pedir socorro ao poder central, que chegou a deslocar tropas e despachar dois navios de guerra para o porto de Santos. A greve se tornara total, e a cidade, pela primeira vez, um desordenado campo de batalha, paralisada pela surpresa da estratégia de ação direta empregada pelas massas revoltosas.<sup>1</sup> Os choques entre a multidão amotinada e a Força Pública – algo como a Polícia Militar do tempo – se multiplicam, o transporte público deixa de funcionar, em parte por locaute patronal, em parte devido a ataques aos veículos; os serviços ferroviários também aderem à greve; o levante se expande nos subúrbios, interrompendo o abastecimento da área central; as ligas operárias, que se organizam nos bairros, espalham barricadas e esconderijos pelos becos e cortiços daquelas áreas de relegação e confinamento social; não faltaram tiroteios, por exemplo, entre a polícia e grevistas entrincheirados nas obras da nova catedral, ou barricados num café popular; outros episódios desconcertantes foram os ataques às autoridades: não só tentativas de assalto a postos policiais, mas o próprio carro do chefe de polícia chegou a ser alvejado, sem falar na incursão de uma coluna de revoltosos até à residência do Secretário de Justiça, repelida pela sua guarda pessoal; enfim, o alvo predileto dos insurretos, os postes de iluminação pública – contribuindo para a impressão fantasmagórica de cidade morta porém conflagrada, referida, é verdade, nas palavras cúmplices de um militante operário e depois historiador das lutas sociais no Brasil, Everardo Dias.<sup>2</sup>

Se é inegável que naquela visão afloram profeticamente pavores urbanos vindouros, sem falar nos já cristalizados pela temida imigração anarquista, seria

---

<sup>1</sup> Para a reconstituição e interpretação da greve de 1917, ver Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, São Paulo, Difel, 1976, cap.VI. Para um outro apanhado daquela greve memorável, com foco na hegemonia anarquista do período, ver Francisco Foot Hardman, “Anarquistas e anarco-sindicalistas no Brasil”, in Antonio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão (orgs.), *Brasil história*, vol. 3, República velha, São Paulo, Brasiliense, 1979.

<sup>2</sup> Citado por Francisco Foot, *op.cit.* p. 319.

preciso acrescentar àquele quadro mal-assombrado alguns elementos que hoje sim parecem coisa do outro mundo – como o fato de apagar a luz se dever aos moleques de rua interessados em se divertir facilitando de quebra a movimentação noturna dos trabalhadores insurrectos, bem como o seqüestro de bondes, ato contínuo franqueados ao livre acesso e itinerários segundo a fantasia dos passageiros. Cidade morta? Questão de classe: naqueles tempos de luta contra a mais-valia absoluta, um estado de sítio pairando no ar – mais quem estava sitiando quem? – mal se distinguia de um mundo de pernas para o ar por conta de um efêmero desrecalque libertário.

Dizer que a coisa esteve por pouco seria um exagero, mas ainda que fosse por um triz, aquele auge que nunca mais se repetiria anunciava o declínio da Anarquia como orientação predominante no movimento operário brasileiro. Mas também o início do fim do nosso longo século XIX. É preciso voltar a lembrar que o núcleo dinâmico da primeira revolução industrial, o setor têxtil, nos alcançou com mais de cem anos de atraso. Em compensação, nosso curtíssimo século XX social – exatos 50 anos de nacional-desenvolvimentismo, entre 1930 e 1980 – que principiara sob o signo ascendente da revolução comunista se encerraria sem que o recém fundado Partido dos Trabalhadores, sem exagero depositário de todas as esperanças do mundo, sequer desconfiasse que sua estréia como organização hegemônica na esquerda social e política brasileira inauguraria nossa entrada precoce no capitalismo desorganizado do século XXI – como se há de recordar, o desmanche principiou pela periferia antes de alcançar as sociedades salariais bem estruturadas do centro. Depois do breve e glorioso verão da anarquia, seguido dos não menos produtivos equívocos comunistas, ao ciclo petista coube os altos e baixos – até o baixo profundo do momento e que uma reeleição presidencial apenas torna mais tenebroso – da mera gestão do vácuo político preenchido até agora por 25 anos de decadência sócio-econômica. Não é retórica estatística. A renda per capita atual no Brasil é inferior a 1/5 da americana; em 1980 estava próxima de 1/3 e a renda do trabalho representava a metade de toda a renda nacional; enquanto isto, os ricos dobraram quantitativamente, com a particularidade reveladora de que nesta camorra dos endinheirados cerca de 40% chegou a tal condição por meio de herança patrimonial, sendo que tal riqueza deriva cada vez menos de atividades produtivas lícitas.<sup>3</sup> Ocorre que nestes 25 anos de estagnação e desindustrialização, o país se urbanizou em incríveis 80% de sua população. Só que agora faz tempo que urbanização deixou de ser sinônimo de desenvolvimento, mas de favelização e economia informal, quando não francamente ilegal. Sinal de que a fronteira urbana também chegou ao fim, com a conseqüente saturação da terra ocupável, provocando uma onda de marginalização dentro da marginalidade.<sup>4</sup> Só na região metropolitana de São Paulo são 3 milhões e meio de jovens, cujo grau de desamparo social se poderia medir só pelo quase 1 milhão que não consegue nem estudar, o que diria trabalhar: simplesmente não fazem nada, como dizem os jornalistas cujo ânimo filantrópico chega a ser pateticamente vitoriano.<sup>5</sup>

Sem perspectiva nenhuma, são os primeiros a sucumbir diante da sedução do crime e seus “difíceis ganhos fáceis”<sup>6</sup>. Extrapolando nos limites do razoável, seria o

---

<sup>3</sup> Márcio Pochmann, “Decadência e enriquecimento”, Folha de São Paulo, 12 de novembro de 2005, p. A3.

<sup>4</sup> Mike Davis, Planet of Slums, London, Verso, 2006. Entrevista na Folha de São Paulo, de 26 de março de 2006 a Fabiano Maisonnave. Ver ainda a respeito o artigo de Antonio Luis M.C. Costa, “Planeta favela”, Carta Capital, 10 de maio de 2006. Na previsão do último relatório Situação Mundial das Cidades 2006-2007, do Programa da Organização das Nações Unidas para assentamentos humanos (UN-Habitat), apresentado na abertura do Fórum Mundial Urbano, em Vancouver, dia 19 de junho de 2006, no ritmo atual, em 20 anos a favela será a principal forma de moradia. Hoje, 1 em cada 3 moradores de cidades reside em favela, 90% em países ditos em desenvolvimento.

<sup>5</sup> Gilberto Dimenstein, “O problema não é o PCC”, Folha de São Paulo, 17 de maio de 2006, p. C12.

<sup>6</sup> Para citar o título de um estudo na contramão de toda esta sabedoria convencional, Vera Malaguti Batista, Difíceis ganhos fáceis: droga e juventude pobre no Rio de Janeiro, RJ, Revan, 2ªed. 2003. “Sedução do crime”, é o título de um livro famoso de Jack Katz, segundo o qual a vocação para a carreira no crime não

caso de dizer que a nebulosa humana em que gravitam em conjunto a população favelada e o novo proletariado informal – que estão longe de ser exatamente a mesma coisa, salvo a circunstância dramática de não serem mais reserva de coisa nenhuma – e povoa a fronteira urbana mapeada por Mike Davis, constitui, nos termos totalmente mudados de hoje, com o perdão da má palavra, o elo mais fraco da cadeia imperialista.<sup>7</sup> Para ser mais exato neste sobrevôo de fim de linha, seria preciso acrescentar que no coração deste elo estratégico se encontra a massa de uma população carcerária em crescimento vertiginoso, como lembrado de início. Esse o dique que se rompeu na mega-rebelião de maio, no entanto paradoxalmente confinada, senão deliberadamente contida no seu extravasamento urbano. Daí a decalagem de fuso histórico no alarme social que soou nos dois períodos extremos da guerra social em São Paulo e que estão nos servindo de termo de comparação.

A greve geral que parou e amedrontou São Paulo em 1917 eclodiu em plena vigência do tratamento policial da assim chamada questão social, quando as classes laboriosas pareciam tão estranhas – e no caso a população trabalhadora imigrante exponenciava a demonização dos pobres – e perigosas quanto os bárbaros de uma nova era acampados à margem da sociedade civilizada. E tudo isto, não obstante, o patronato paulista encarregou uma comissão de jornalistas de negociar com os revoltosos, representados por um Comitê de Defesa Proletária. Choque frontal à parte, ou por isto mesmo, a luta entre as duas classes fundamentais, plenamente identificadas como tais, por assim dizer punha ordem no medo ao dar-lhe um significado tangível. No outro extremo do ciclo histórico dos medos inerentes à urbanização capitalista, as classes laboriosas – quer dizer a sub-classe encarcerada da humanidade excedente – finalmente provaram ser o que o medo burguês sempre disse que no fundo elas eram, desta vez porém literalmente, perigosas. Agora não mais pela voz de um militante operário, mas pelo megafone da grande mídia, São Paulo se declarava pela segunda vez morta de medo. De fato, ainda nas palavras da grande imprensa local, a cidade fora varrida pela “maior onda de violência de sua história”. Ilustrando a simetria perversa, tampouco se poderá dizer que não houve negociação neste capítulo conclusivo. A certa altura – as datas variam – foi dada a ordem pelo comando da rebelião para cessar os motins nos presídios e os ataques de rua, muito embora ainda prosseguisse a escalada da retaliação policial. Desta vez porém não se

---

seria despertada por um cálculo utilitário, mas encarada como um fim em si mesmo e sua carga incontrolável de atrações extra econômicas, nelas incluídos os lucros extraordinários da anomia. Já que tocamos no assunto, seria justo redistribuir as fichas dos estereótipos correntes. Segundo um dos tantos lugares comuns da sociologia dita pós-moderna da violência, os jovens pobres das periferias entrariam para o tráfico movidos por um sonho de consumo cuja realização envolve a violência extrema, caracterizada hoje como um fato social total. Pois uma pesquisa notável vai na direção contrária e sustenta que ao ingressar no tráfico de drogas – e bem por baixo na escala do mando – o jovem pobre, entregue às moscas no atual aterro sanitário social, não fez uma opção pelo crime, mas, por incrível que pareça, simplesmente arrumou um emprego, achou que afinal estava entrando para uma sucursal do mundo do trabalho. Marisa Feffermann, *Vidas arriscadas: um estudo sobre os jovens inscritos no tráfico de drogas em São Paulo, Petrópolis, Vozes, 2006*. Ver a respeito a excelente matéria de Phydia Ataíde, em *Carta Capital*, de 17 de agosto de 2005.

<sup>7</sup> Para caracterização do Novo Imperialismo como um entrelaçamento de Acumulação por Despossessão nas periferias do Sul e Norte com uma nova produção do espaço enquanto expressão do poder territorialista da “governança” capitalista global, ver David Harvey *O novo imperialismo*, São Paulo Loyola, 2004. Para uma discussão sucinta da tese de Harvey, meu artigo *Último Round*, revista *Margem esquerda* nº5, Boitempo, São Paulo, 2005. (Incluído no presente volume) Segundo Mike Davis, no já citado *Planet of Slums*, mais ou menos desde a débâcle de Mogadishu em 1993, os estrategistas do Pentágono e sua rede de think thanks afiliados discutem as implicações de um mundo de cidades sem empregos, admitindo, para começo de conversa acerca das novas guerras irregulares complexas, que estando o “arco de instabilidade” estratégica, não por acaso distendido sobre o coração dos recursos energéticos remanescentes do planeta, recoberto por uma mancha urbana de cidades falidas, tais “megafavelas se tornaram o elo mais fraco da nova ordem mundial”, p. 204. Num artigo anterior, publicado em 2004 no *Tom Dispatch.com*, durante a batalha de Fallujah, Mike Davis se referia ao Pentágono como um “Global Slumlord”. É esperar para ver: tomando no entanto o cuidado de reparar que moramos num dos grandes laboratórios mundiais deste planeta-favela.

defrontaram na mesma mesa as grandes classes antagônicas de sempre. Não que tivessem desaparecido, simplesmente os mecanismos de representação social se tornaram hoje irreconhecíveis. E, ao contrário do ocorrido no século passado, é bem provável que a população tenha se instalado um pouco mais no pânico moral – em cujo caldo de cultura é criteriosamente conservada pelos governantes e sua extensão midiática –, ao saber que o braço penal do Estado (na suposição de que exista um outro) chegara a um acordo com o poder paralelo no sistema prisional. Em torno do quê, pelo menos para o autor de um clássico da literatura hip hop, é um segredo de polichinelo: “você acham que os membros do partido [o Partido do Crime, como se auto-denomina a facção majoritária no sistema prisional, PCC – Primeiro Comando da Capital] foram removidos de suas celas pura e simplesmente para conter rebeliões? O barato todo está girando em torno do dinheiro, único e total responsável por toda a situação, coação que não deu certo e acabou em centenas de mortes”.<sup>8</sup>

Importa pouco a esta altura saber quem está extorquindo quem. O certo é que se trata de uma guerra particular entre poderes ora paralelos ora convergentes, muito embora de abrangência máxima, tal guerra, não só pelo que diz respeito aos danos colaterais provocados pelas ondas de choque entre eles, mas pela sua função estrutural de contenção do planeta-favela brasileiro.<sup>9</sup> Um afunilamento tanto mais sintomático da desintegração em curso por se destacar contra o pano de fundo da outra paralisação histórica da cidade, quando a guerra das classes era tudo menos particular, tudo menos um negócio privado entre patrões e empregados, como parece ser, mas não é, a presente guerra privada entre os corretores dos mercados ilícitos do crime e da proteção política.<sup>10</sup>

Assim, tiroteios e demais escaramuças à parte, a história da primeira “Batalha de São Paulo” registrou uma única baixa gloriosa, o assassinato de um jovem sapateiro anarquista, cujo cortejo fúnebre ateou fogo à greve, tornando-a de uma vez greve geral. Ao passo que nos 8 dias da guerra privada do PCC contra o Estado Prisional, e vice-versa, 1978 tiros mataram 492 pessoas em São Paulo. Só no dia 15 de maio, quando São Paulo parou – 5 milhões de passageiros sem transporte, sem falar nos congestionamentos gigantes, além do mais agravados por bloqueios policiais, lojas e shoppings fechando, escolas suspendendo aulas, etc. –, foram 117 mortos à bala, 4 disparos em média por caso: no pior, só uma vítima recebeu um total de 22 tiros. Para efeito de comparação, no massacre da casa de detenção do Carandiru, em

---

<sup>8</sup> Ferréz, “Meu dia na guerra – ou vamos atirar nos entregadores de pizzas”, Caros Amigos, junho de 2006, p.15. A obra em questão é Capão Pecado, São Paulo, Labortexto editorial, São Paulo, 2000. Mesma certeza do rapper D.J King sobre o acordo entre o governo e a facção sublevada: “é muito simples, mano, neste país o dinheiro é que manda”, Carta Capital, 24 de maio de 2006, p.12.

<sup>9</sup> A tese da “guerra particular” entre o aparato repressivo do Estado e o varejo armado do tráfico, entrincheirado no espaço segregado dos pobres urbanos, não sei se exposta pela primeira vez, pode ser vista no documentário de João Moreira Salles e Kátia Lund, Notícias de uma guerra particular, 1998-1999. Em caso de dúvida quanto ao caráter particular desta guerra – nove fora sua função regulatória por assim dizer clássica de administração de riscos – basta mencionar a natureza institucional dos alvos dos ataques durante a rebelião de maio em São Paulo: postos policiais, viaturas idem, fóruns do poder judiciário, etc. Algumas rajadas contra agências bancárias, além do mais fora do horário comercial, e de preferência à noite, talvez se deva a razões sentimentais, pois o núcleo fundador da irmandade criminosa em questão, bem como do seu precursor Comando Vermelho dos anos 70, era formado principalmente por assaltantes de banco.

<sup>10</sup> Se não estiver simplificando demais um esquema altamente esclarecedor de Michel Misse, Crime e violência no Brasil contemporâneo, RJ, Lumen Júris, 2006, em particular cap. 9. A propósito da recente batalha de São Paulo – como se refere com heróica elevação espiritual o jornal O Estado de São Paulo, ao Levante do Dia das Mães, na fórmula que escapou a um historiador, pensando talvez nos tumultos sangrentos do período regencial no século XIX –, o autor voltou a lembrar que se trata sim de uma guerra privada deflagrada pelas ligações perigosas entre “mercados ilícitos que transacionam mercadorias orgiásticas (corpos, luxúria, drogas e armas) e mercadoria políticas (extorsão e corrupção praticadas com base no excesso de poder de agentes do estado)”, Michel Misse, “Profunda e antiga acumulação de violência”, Folha de São Paulo, 20 de maio de 2006 p.A3.

1992, quando a tropa de choque da Polícia Militar invadiu o presídio rebelado e executou 111 detentos, a média de tiros fatais foi de 5 por vítima. Diante de tamanho paroxismo – o de agora – o presidente do Conselho Regional de Medicina declarou que estaríamos atravessando um “período de catástrofe” sem paralelo, até onde sua memória alcançava. Quando a ordem de cessar a rebelião foi dada, ao que parece no próprio dia das Mães (14 de maio) contabilizava-se de 25 a 30 agentes de segurança abatidos por conta da facção criminosa insurrecta. Quanto aos mortos oficialmente pela polícia, ao redor de 130 (para variar pobres, pretos, pardos, etc.), organismos independentes de investigação asseguram que 60% apresentam sinais evidentes de execução.<sup>11</sup>

E mais, ao que parece, mortos sem ligação com o PCC alcançariam 350. Testemunhas falam em homens encapuzados chegando e atirando; suspeita-se da ação de grupos de extermínio com a participação de policiais. Resta que especialistas em segurança e ativistas de direitos humanos, ainda procuram entender tamanho espasmo de violência, nele incluídos homicídios avulsos, se é que se pode falar assim, e até suicídios. Face a uma média diária de 60 casos, quando a “normal” é de 20, este surto catastrófico poderia muito bem estar sinalizando um levante das famigeradas classes perigosas, resolvidas a cometer no atacado o que sempre praticaram a prestações no varejo.<sup>12</sup> A teoria corrente invoca a ação oportunista de criminosos de várias categorias, operando à sombra do prestígio das grandes organizações, confiantes de que a autoria passaria despercebida numa hora em que as próprias autoridades são as principais interessadas no amálgama do “crime organizado”, o demônio popular do momento.<sup>13</sup> Com isto se explicam os números de fato espantosos, mas nem tanto a real novidade, a ruptura nesta quebra dos padrões costumeiros. Na visão de um especialista – e por certo não é de longe o único a pensar assim – “chegamos a um outro patamar: a capacidade de se organizar para fora das grades e de coordenar um processo de queima de ônibus, ataques a prédios e bancos e desorganizar a vida na cidade, para mim foi uma grande surpresa (...) Dá para verificar que aquele perfil de criminalidade espontânea em torno de quadrilhas ou de gangues, por exemplo, é coisa do passado”.<sup>14</sup>

Outro patamar igualmente na escala dos velhos e novos pavores urbanos. E isto desde que a segurança tornou-se a principal mercadoria da indústria política do medo. O mesmo para a anti-mercadoria da insegurança sistêmica: tanto o Estado quanto a sua ampliação midiática precisam dela, o primeiro para vender proteção, a segunda, para alimentar campanhas de alarme social e clamor punitivo. Uma das primeiras providências neste sentido coube ao chefe de polícia, anunciando na televisão, numa dezena de entrevistas, com clara marcação teatral, que a população carcerária do Estado de São Paulo, com um efetivo de 140.000 presidiários, encontra-se a rigor sob o comando da mesma organização criminosa que fora da cadeia mobiliza mais de 500.000 pessoas (entre familiares, simpatizantes e profissionais). Enfim, população

---

<sup>11</sup> Sirvam de contraponto as estatísticas sincopadas de rap dos Racionais: “60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negros. A cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente”, Capítulo 4, versículo 3.

<sup>12</sup> Cf. José de Souza Martins, “A ordem do avesso”, O Estado de São Paulo, 21 de maio de 2006, p.J3.

<sup>13</sup> Teoria endossada pelo artigo citado na nota anterior. No fundo se trata, prossegue o argumento, menos de oportunismo da arraia miúda do que da convergência de interesses entre pequenos e grandes atores do crime: “Boa parte da força aparente destes últimos vem menos de uma articulada organização poderosa e numerosa, do que do efeito cascata de ações criminosas maiores, repercutindo na disposição para o delito e a violência em grupos independentes.”

<sup>14</sup> Sérgio Adorno, “Claro enigma”, entrevista para a Folha de São Paulo, caderno Mais! 21 de maio de 2006, p.4. Também argumenta nessa direção outro pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Fernando Salla, “Uma dura lição”, O Estado de São Paulo, 16 de maio de 2006 p. C13.

atônita<sup>15</sup> e em pânico: ou melhor, dizendo que está em pânico, quando perguntada, porque é isto que ouve, vê e lê a respeito de seu suposto estado de espírito.<sup>16</sup> A comparação com o 11 de setembro, por exemplo, hoje uma marca de prestígio no bazar dos espantalhos, foi praticamente posta na boca de secretárias amedrontadas e zeladores idem, até renomados pensadores sociais embarcaram na onda do “nosso” 11 de setembro.

Ante a previsível enxurrada de despropósitos, não seria demais repassar o básico. Uma especialista desta geografia do medo precisou lembrar que numa sociedade de classes como a brasileira, que se distingue pela alta taxa de tolerância com a violência, as classes médias abastadas são as grandes consumidoras do principal produto da indústria do medo, a fantasmagórica “bolha de segurança”: assim “carros saem de manhã dos condomínios fechados (bolha 1) em direção a escolas privadas, com guardas nos portões (bolha 2) e, mais tarde, seguem para áreas de diversão ou áreas privadas de lazer (bolha 3)”. Não espanta que o conceito básico de cidade tenha portanto desaparecido e que o cordão sanitário formado por tais bolhas externalize a insegurança latente: foi o que se viu nos acontecimentos de maio, a contra-violência retaliatória espalhou-se desordenadamente, afetando sem surpresa quem vive fora de tais bolhas.<sup>17</sup> Uma semana antes, aliás no dia seguinte ao Grande Medo do PCC, um outro observador da cena paulistana havia antecipado o argumento acerca dos efeitos psicológicos da indústria do medo sobre o seu principal consumidor e, por isto mesmo, primeira vítima da guerra de informação deflagrada pelo Partido do Crime, disparando, este último, aleatoriamente, chamadas telefônicas ameaçadoras, prontamente repercutidas pela mídia, como se desempenhassem involuntariamente o papel que o planejamento do PCC lhe reservara. “A classe média que não deixa seus filhos circularem de ônibus e metrô, que se cerca de câmeras e alarmes, etc., correu na direção de seus bunkers domésticos (...) No começo da noite, um manto de silêncio desceu sobre a cidade”.<sup>18</sup> No dia seguinte, podia-se ler numa reportagem: “São Paulo amanheceu triste, calada e confusa”. De vergonha? O autor que acabo de citar acha que justamente é este o caso.

Tem lá sua graça a esta altura da desconexão social de todas as chamadas elites – das financeiras às sindicais, passando pelo senhorio branco interpelado pelo seu próprio governante local, ele mesmo pasmo diante de tamanho alheamento moral – cobrar energia cívica da classe média brasileira, salvo por pura nostalgia, se

---

<sup>15</sup> Intelectuais idem. Dá para imaginar o Amazonas de disparates parido pelo medo dos intelectuais brasileiros, cujo encolhimento mental e político por certo não é de agora. Um capítulo à parte para outra ocasião. Basteiras adormecidas no fundo da alma há mais de uma geração despertaram num considerável número de inteligências veteranas, do tipo “orgulho de ser cidadão do Estado dos Bandeirantes”. Embora paulista, há pelo menos meio século não ouvia um colega enaltecer a “pujança” de nosso Estado, nem mesmo em discurso de paraninfo. Mas que nossa capital seja “um imã que atrai de modelos a retirantes”, pelo menos para mim é novidade. É preciso muito estudo, ou muito medo, para se chegar a uma conclusão deste calibre. Como se diz com razão que o medo paralisa a inteligência, fica o dito pelo não dito – pelo menos de minha parte, pois não quero nem me identificar com o agressor, muito menos caluniar abstratamente a polícia.

<sup>16</sup> “Dia de terror em São Paulo”, esteve obviamente entre as manchetes e chamadas mais votadas. Só um exemplo deste contágio retórico, as linhas de abertura do caderno especial da Folha de São Paulo no day after: “Uma onda de pânico fez parar ontem a maior e mais rica cidade do país e espalhou choque e medo pelo Estado de São Paulo”. Para o leitor médio, basta a redundância na eloquência; para os happy few da geopolítica formado talk show, no entanto, a citação da estratégia de decapitação anunciada nas primeiras horas do ataque a Bagdad na Segunda Guerra do Iraque, Choque e Pavor, Shock and Awe – aliás um fiasco, naquele primeiro golpe espetacular, os grande peixes visados escaparam todos ilesos. O mais interessante em tudo isso é que ninguém se deu ao trabalho de pelo menos ressaltar – e sobretudo extrair as conseqüências devidas – a real continuidade de fundo nas várias e novas guerras de fato privadas que hoje dão à volta no mundo.

<sup>17</sup> Vânia Ceccato, “A indústria do medo”, entrevista à Folha de São Paulo, 21 de maio de 2006, caderno Mais!, p.6.

<sup>18</sup> Demétrio Magnoli, “Pânico no galinheiro”, Folha de São Paulo, 16 de maio de 2006, p. C20.

lembrarmos que ela mesma forneceu os principais quadros na luta armada contra a ditadura militar, para não mencionar a sobrecarga de ironia objetiva, o fato (relembrado aliás dia sim e outro também nas colunas do aparato cultural de sempre) de que o Partido da Revolução e o Partido do Crime se cruzaram há mais de 30 anos no fundo do apavorante presídio da Ilha Grande, na condição inaudita – utópica? distópica? – de “quase dois irmãos”, no enunciado inconcluso do filme de Lúcia Murat (2004) a respeito daquele encontro que obviamente ninguém marcara. Voltando: “É uma cidade em pânico, perplexa e para baixo”, disse a escrituraria “que ontem saiu, como milhões de paulistanos, mais cedo do trabalho e não acreditava no que via nas ruas”, nas palavras do repórter à caça do que lhe fora encomendado. A mocinha em questão está mais para suburbana (no bom sentido carioca e “trabalhista” da palavra), mesmo assim esse “para baixo”, com o seu quê idiomático em inglês no subtexto, viria a calhar para relançar as comparações hiperbólicas do autor de há pouco, indignado com a falta de fibra dos paulistanos: “Londres não parou durante os bombardeios aéreos alemães, na Segunda Guerra Mundial. Mas São Paulo curvou-se à delinqüência comum. Vergonha!” Com efeito. Mal-comparando todavia não foi o que se viu depois dos ataques de 7 de julho de 2005 em Londres: a despeito de toda parolagem ufanista do governo Blair e sua mídia em torno do “standing unite” como nos tempos heróicos em que a cidade agüentou firme as bombas de Hitler, Londres simplesmente sumiu, escondeu-se em casa, com medo não do Islã radical, mas dos seus próprios compatriotas. Estas e outras enormidades se encontram num artigo de Charles Glass (The Last of England)<sup>19</sup>, com a seguinte explicação: “Em 1940 os ingleses de Londres acreditavam que construiriam um mundo mais justo e melhor depois da guerra, ao passo que em 2005, ninguém acredita que o mundo será melhor depois da guerra contra o terror ter começado”.

É isso aí. Como a periférica São Paulo, a metropolitana Londres também se curvou aterrorizada, ou melhor, aterrorizável pelas mesmas razões: todos se debatendo na ratoeira do vazio político que se instalou com o eclipse mental e material que significa sequer poder imaginar um futuro alternativo à desgraça recorrente do presente. Na boa definição de Jacques Rancière, agrupadas sob a duvidosa e ambígua proteção de um Estado redefinido pela gestão exclusiva de um estratégico sentimento coletivo de insegurança, as sociedades hoje são cada vez mais apenas “comunidades do medo”<sup>20</sup>. São por isso – podemos acrescentar por nossa conta, à vista do laboratório brasileiro da desintegração mundial – cada vez menos sociedades nacionais, na acepção plausível que lhes deu Benedict Anderson, de comunidades políticas imaginadas. Daí a integração perversa pelo medo, e seu avesso de ilegalismos e conflitos sempre à beira da explosão violenta. A famigerada voz de comando “Não há alternativa” exprime muito menos uma restrição objetiva inapelável – ou não apenas isto – do que uma real atrofia da própria faculdade de “imaginar” uma alternativa. Atrofia paralisante por certo provocada pelo medo: sobretudo pelo medo de que qualquer mudança só poderá ocorrer para pior.<sup>21</sup>

A este ponto chegamos – e na comissão de frente, intelectuais mortos de medo de abrir a caixa de Pandora das transformações não triviais. Tentando por sua vez entender a natureza do pânico que tomou conta de São Paulo na fatídica segunda feira de 15 de maio, um outro jornalista, nem um pouco encabulado com o fiasco da classe média, termina por reencontrar o mesmo fim de linha retratado por Glass, não por acaso recorrendo igualmente a uma analogia onde entram sensação de total

---

<sup>19</sup> Harper’s Magazine, Novembro de 2005, cit. por Tom Nairn, “The New Furies”, New Left Review, n°37, jan-fev. 2006.

<sup>20</sup> Cf. Jacques Rancière, “O princípio da insegurança”, Folha de São Paulo, 21 de setembro de 2003, Mais! p3.

<sup>21</sup> Por aí vai o argumento de Frank Furedi acerca da exaustão política contemporânea. Cf. Politics of Fear, London, Continuum, 2005.

insegurança, futuro cada vez mais incerto e obscena indiferença com o destino dos pobres fora das bolhas de segurança. Pois é disto que afinal se trata, o pânico da população pobre, no meio da guerra entre dois bandos organizados e sobretudo promíscuos nas suas zonas limítrofes: a seu ver, o medo que se propagou entre a imensa maioria dos “sobrantes” deriva da percepção do evidente “pouco caso do Estado par com aqueles que não podem pagar por serviços privados, no que se assemelha ao descaso mostrado pelo governo Bush para com as vítimas do furacão Katrina, no final do ano passado, quando os pobres foram abandonados à própria sorte”.<sup>22</sup> Sempre se poderá discutir se os negros pobres de New Orleans se encontravam tão abandonados e desprotegidos quanto a massa brasileira dos “inúteis para o mundo”, o ponto é que “o pânico já estava instalado, apenas à espera da ocasião para explodir”. No horizonte, a descrença de que o mundo será melhor do que antes dessa nova guerra contra as irmandades do crime ter começado. Esse o vazio político ocupado pelo Partido do Crime.

---

<sup>22</sup> José Arbex Jr, “O Katrina nosso de cada dia”, Caros Amigos, junho de 2006, p.13.